



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde

Deputado António Maló de Abreu

Assunto: Requer a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e do Sr. Diretor Geral do SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências sobre a criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências

No próximo dia 26 de junho será celebrado o Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Droga. Nos últimos 20 anos o País deu passos muito significativos no combate ao consumo de drogas, com a aprovação da designada “Lei da Descriminalização de Drogas”, que alterou o caminho de intervenção nesta área que até então tinha sido feito. Assim, a adoção de uma Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência e a criação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, vieram permitir a redução da mortalidade por overdose, reduzir o número de infeções de VIH/SIDA na população que consome drogas e reduzir os consumos problemáticos. O designado “modelo português” foi amplamente reconhecido e valorizado a nível nacional e internacional, levando mesmo a que as políticas adotadas em Portugal fossem objeto de interesse e estudo em todo o mundo.

Apesar de os resultados alcançados revelarem que o País prosseguia no caminho correto, o Governo PSD/CDS decidiu avançar com o dismantelamento da estratégia nacional, com a extinção do Instituto da Droga e da Toxicodependência, instrumento fundamental para a sua concretização, e a subsequente dispersão da intervenção pelas Administrações Regionais de Saúde. Uma decisão política, sem qualquer fundamentação técnica e científica, contra a vontade dos intervenientes nesta área e que levou à desarticulação e à quebra de coerência na resposta pública.

Entretanto, o atual e anteriores Governos do Partido Socialista não procederam a qualquer alteração ao nível da estrutura orgânica na área dos comportamentos aditivos e das dependências, apesar do consenso existente, para a criação de uma estrutura única, dotada de autonomia administrativa, financeira e técnica para a resposta nesta área, que integre as diversas vertentes de ação, nomeadamente a dissuasão, a prevenção, a redução de riscos e minimização de danos, o tratamento e a reinserção associadas ao planeamento e à definição



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

das orientações e estratégias de intervenção, permitindo assim uma maior articulação, integração e coerência na resposta pública.

Ainda que os Governos PS já tenham assumido esse compromisso, a verdade é que até ao momento não houve nenhum avanço nesse sentido, o que é preocupante, quando está identificado que a manutenção desta intervenção nas Administrações Regionais de Saúde não é solução para reforçar a resposta pública, defraudando as expectativas criadas.

O sumário executivo da Avaliação Externa do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (PNRCAD)2013-2020, de janeiro de 2021, faz um conjunto de recomendações que devem ser consideradas no próximo ciclo de planeamento. A primeira recomendação prende-se com a organização/estrutura do SICAD, designadamente:

*“Ponderar a opção de voltar a integrar no âmbito do SICAD as estruturas locais/regionais do ex-IDT, IP (entretanto integradas nas ARS), como via para a obtenção de uma melhoria de eficácia e da redução dos custos.”*

Refere que o PNRCAD 2013-2020 *“assenta nas mais avançadas abordagens de saúde pública a nível internacional”* e destaca como aspetos positivos *“o consenso alcançado em matéria de políticas públicas sobre CAD, que pode estar associado ao progressivo desaparecimento da agenda mediática e, conseqüentemente, social e política, dos problemas associados aos CAD”*, o *“reconhecimento internacional dos méritos da política portuguesa”*, entre outros.

Por outro lado, nos aspetos a melhorar, destaca: *“o facto da estrutura de coordenação não abranger todas as áreas governamentais contempladas no PNRCAD 2013-2020”*, *“o facto do Plano ter sido elaborado sob a visão de que o SICAD retomaria a responsabilidade sobre as atividades de intervenção direta junto dos cidadãos dos serviços públicos de proximidade”*, e acrescenta que *“o Plano foi construído para uma estrutura cuja cisão gerou dificuldades na implementação de medidas e obrigou a um maior esforço associado à coordenação repartida”*.

No País já não há dúvidas que a atual organização não dá a resposta necessária, tonando-se, por isso, cada vez mais incompreensível que os Governos PS não tenham já revertido os erros do passado e que ainda não tenha procedido à criação de uma estrutura única na área dos comportamentos aditivos e das dependências, com o objetivo de voltar a dar coerência à estratégia de intervenção nesta área, integrando os serviços que estão sob a responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde.

Importa recordar que na apresentação da base da estrutura para o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030, realizada no dia 20 de abril de 2021, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde referiu-se à necessidade de um SICAD



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

mais fortalecido para enfrentar os problemas que se colocam na área dos comportamentos aditivos e das dependências.

Um SICAD mais fortalecido passa pela criação de uma estrutura única com capacidade de resposta e de intervenção em todas as dimensões, com a integração dos serviços que atualmente se encontram sob a responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde e pelo reforço de trabalhadores nos Centros de Respostas Integradas, nas Unidades de Alcoologia, nas Unidades de Desabituação e nas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PCP requer a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales e do Diretor Geral do SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, João Augusto Castel-Branco Goulão, para prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação para a criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências.

Assembleia da República, de junho de 2022

Os Deputados

Paula Santos

João Dias